

Quando é do interesse de ideólogos, a Alemanha vira keynesiana

Há mais de cinco anos, Paul Krugman vem vociferando contra a suposta austeridade dos países europeus. Segundo ele, caso os governos da região não aumentassem imediatamente seus gastos e incorressem em grandes déficits orçamentários, suas economias estariam condenadas a uma eterna depressão.

Como um bom dogmático keynesiano, qualquer economia que opte pela suicida decisão de poupar mais e não se endividar excessivamente durante uma depressão irá necessariamente ficar em uma péssima situação: a demanda agregada irá despencar, as expectativas negativas irão se realimentar e a estagnação irá se converter em um mal endêmico e insuperável, a menos que haja algum estímulo estatal.

Este é, ou deveria ser, o caso da Alemanha: foi com este cenário em mente que o Nobel americano prognosticou desde o início da recessão, em 2008, que o austericídio teutônico acabaria levando este país, bem como todo o resto da zona do euro, ao colapso.

Por exemplo, em 2010, após Angela Merkel ter aprovado um programa de moderação nos gastos, Krugman concedeu uma entrevista à revista *Der Spiegel* afirmando que "as políticas de ajuste alemãs não apenas afetam negativamente sua própria economia, como também reduzem o crescimento de todos os outros países".

O problema é que, desde então, a evolução vivenciada pela Alemanha foi exatamente contrária às previsões de Krugman: o PIB de 2013 está no nível mais elevado de sua história (e 3,4% maior em relação ao pico atingido antes da crise), e sua taxa de desemprego é a mais baixa (de 5,5%).

À luz dos dados, algo não se encaixa na teoria keynesiana: a Alemanha, rodeada de países insolventes e em profunda recessão, se encontra nas melhores condições econômicas de sua história. A primeira argumentação a que poderia recorrer algum keynesiano seria a de alegar que a prosperidade da Alemanha foi construída à custa da depressão do resto da Europa: mais especificamente, dado que o euro implica taxas de câmbio fixas entre a Alemanha e os países do sul da Europa, a indústria exportadora alemã se torna assim capaz de vender quantidades estrondosas a seus parceiros europeus sem que sua moeda se aprecie e perca competitividade.

Com efeito, durante os primeiros anos da crise, esta foi exatamente a explicação apresentada por muitos keynesianos, mas Krugman está perfeitamente cômico de que os fatos acabaram por desmenti-la: especialmente a partir da crise creditícia de 2012, os superávits comerciais da Alemanha dependem muito menos do resto da Europa e muito mais do resto do mundo. Em 2012, por exemplo, menos de 10% de todas as exportações alemãs (e menos de 7,5% de seu superávit comercial) estavam vinculados a Espanha, Itália, Grécia, Portugal e Irlanda: não é uma cifra desprezível, mas também não parece ser a chave de sua prosperidade.

Krugman sabe disso, e exatamente por causa disso ele já criou uma estratégia alternativa para blindar o dogma keynesiano deste contraexemplo alemão: agora ele afirma que, na realidade, a Alemanha não tem sido um exemplo de austeridade.

Sim, sei que tal postura soa incrivelmente vigarista, mas é o que acaba de defender o economista americano. No final de tudo, segundo Krugman nos relata, a Alemanha foi o segundo país da zona do euro que menos ajustou seu orçamento entre 2009 e 2013; foram os países do sul da Europa os que mais arcaram com o fardo dos ajustes e da austeridade, e não a Alemanha.

É verdade que o governo alemão não incorreu em grandes ajustes orçamentários desde 2009, mas o fato é que ele não fez isso por uma razão muito simples: seu orçamento jamais esteve desajustado, isto é, o governo alemão jamais recorreu às políticas keynesianas que, segundo Krugman, são o ingrediente essencial para toda e qualquer recuperação. O governo alemão não fez reajustes porque não houve desajustes.

Para comprovar isso, basta efetuarmos uma comparação entre Espanha e Alemanha. Segundo esse novo gubi inventado por Krugman, a Espanha foi um dos países mais agressivos em termos de aplicação de austeridade, ao passo que a Alemanha foi um dos menos exigentes. Pois bem: em 2013, o gasto total do governo espanhol foi 11% maior que o do ano de 2007; o do governo alemão foi de 15%. O déficit orçamentário do governo espanhol foi de 7% em 2013; o governo alemão obteve um superávit de 0,1%. O governo espanhol elevou seu endividamento em quase 60 pontos percentuais em relação ao PIB entre 2007 e 2013; o governo alemão elevou em 15 p.p. (no entanto, ainda mais significativo: desde 2010, o governo alemão reduziu em dois pontos percentuais sua dívida em relação ao PIB, ao passo que o governo espanhol a aumentou em 33 p.p.).

Os dois gráficos a seguir, que mostram a evolução dos déficits orçamentários desde 2007 (o melhor indicador de "estímulo"), exemplificam bem o quão fictícia é a alegação da "austeridade" espanhola e da "gastança" alemã:

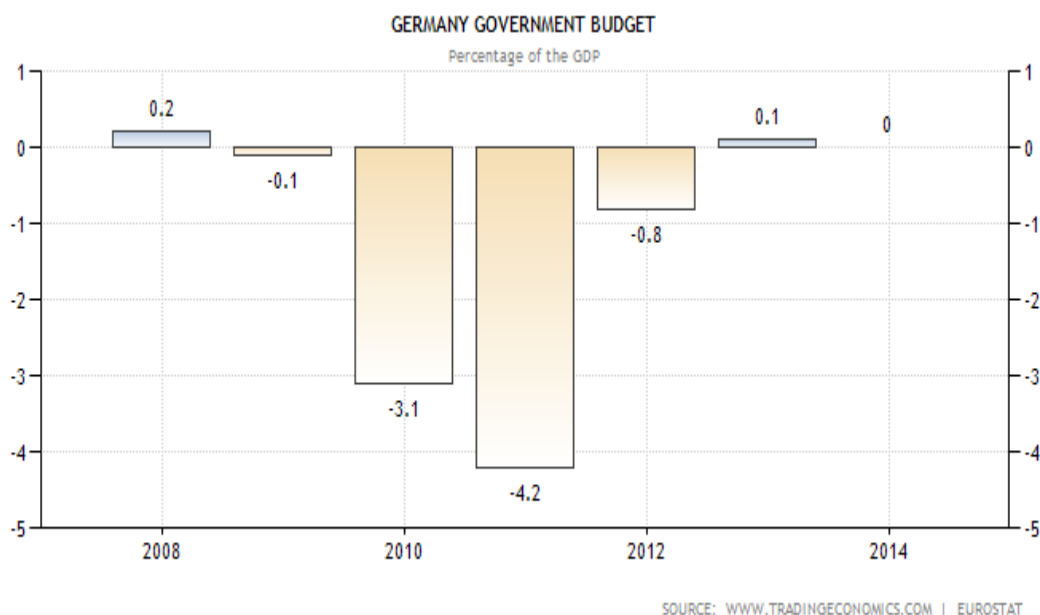


Gráfico 1: evolução do déficit orçamentário do governo alemão: -7,72% do PIB acumulados desde 2007

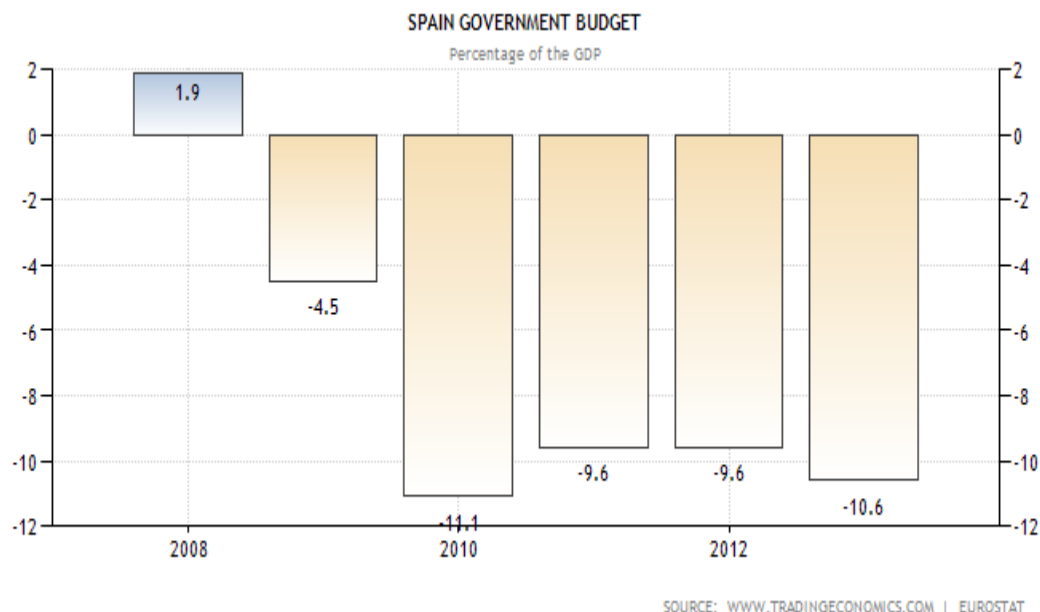


Gráfico 2: evolução do déficit orçamentário do governo espanhol: -41,2% do PIB acumulados desde 2007. (Obs: o déficit do ano de 2013, que foi de 7%, ainda não foi publicado no gráfico acima).

Em suma, durante a crise, o governo alemão logrou manter suas finanças públicas relativamente em ordem; jamais exibiu um déficit superior a 4,5% do PIB e rapidamente aprovou programas de contenção de gastos para manter sob controle seu orçamento. Já o "austero" governo espanhol não apenas sempre apresentou déficits acima de 4,5%, como também recorrentemente apresentou déficits na casa dos dois dígitos.

Ao passo que o déficit da — segundo Krugman — nada austera Alemanha é nulo, o déficit da — segundo Krugman — ultra austera Espanha é um dos maiores do mundo.

Se houve um país que até muito recentemente aplicou políticas keynesianas (e que em grande medida continua fazendo isso), tal país foi sem dúvida a Espanha, e não a Alemanha. Os alemães, por mais que agora Krugman tente ocultar o fato, foram um claro exemplo de austeridade e de rigor orçamentário durante esta crise. Como também foram os países bálticos.